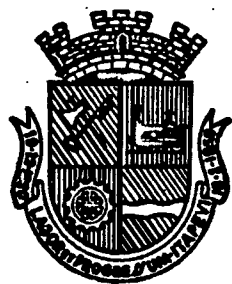


CÂMARA MUNICIPAL



DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº=038/94

PROJETO Nº 037/94

INTERESSADO CAMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ASSUNTO "DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA A ASSISTENCIA BENEFICENTE
O BRASIL PARA CRISTO"

AUTOR:

LAERTE CASAGRANDE

1218/94



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 037/94

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas aprova a seguinte Lei:

"DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA A -
ASSISTÊNCIA BENEFICENTE O BRASIL
PARA CRISTO"

ART. 1º- Fica declarada de utilidade Publica a
Assistência Beneficente o Brasil para Cristo:

ART. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

ART. 3º- Revogam-se as disposições em contrário

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE ITAPEVI, 23
de agosto de 1.994.

A COMISSÃO DE Nº 01
2
Nº 02
Sala das sessões 23 / 08 / 94
Presidente

Laerte Casagrande
LAERTE CASAGRANDE
VEREADOR

APROVADO em 1ª Discussão
Sala das sessões 30 / 08 / 1994
Presidente

APROVADO em 2ª Discussão
Sala das sessões 06 / 09 / 1994
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 037/94

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas aprova a seguinte Lei:

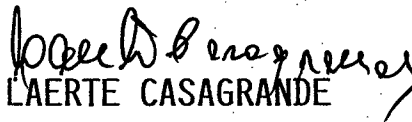
"DECLARA DE UTILIDADE PUBLICA A -
ASSISTÊNCIA BENEFICENTE O BRASIL
PARA CRISTO"

ART. 1º- Fica declarada de utilidade Publica a
Assistência Beneficente o Brasil para Cristo:

ART. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

ART. 3º- Revogam-se as disposições em contrário

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE ITAPEVI, 23
de agosto de 1.994.


LAERTE CASAGRANDE
VEREADOR



Assistência Beneficente o Brasil para Cristo

REGISTRO N.º 19372 PUB NO D. O. E. EM 28/09/90 - CGC 60.544.947/0001-85 - FUNDADA EM 20/09/80

ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇA - AO IDOSO E À FAMÍLIA CARENTE - TIAGO 1:27

Itapevi, 25 de Maio de 1.994

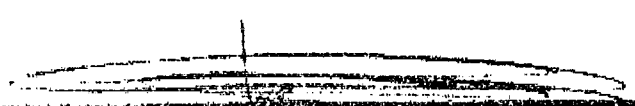
Ilustre Senhor Laerte Casagrande
M.D.Vereador do Município de Itapevi SP.


Senhor Vereador

Em reunião realizada pela diretoria e conselho fiscal da Assistência Beneficente "O Brasil Para Cristo", ficou decidido a entrar com um pedido a V.sa para que apresente um projeto nesta Casa de Lei para DECLARAR* DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL a entidade em epígrafe., em consideração dos relevantes trabalhos que a mesma tem prestado à comunidade Itapevicense a cerca de quatro anos.

Sendo o que nos apresenta, reiteramos protestos de elevada consideração e respeito.

Atenciosamente


Rev. Moisés Cigarão de Brito
Presidente


Nildete Martins Alves
Secretária

SCRITÓRIO CENTRAL: RUA BRASIL PARA CRISTO, 12 - SALA 03 - JARDIM DA RAINHA - CEP 06658-200 - ITAPEVI - SP

CONTINUA NO VERSO

Obs: Os abaixo-assinados, apóiam o pedido de declaração de utilidade pública Municipal.

1. ~~Rildete Martins Alves~~
2. ~~[assinatura]~~
3. ~~Paulo do Santos Ferreira~~
4. ~~Antônio José~~
5. ~~Anna Maria da Costa~~
6. ~~Domeni Brito da Silva~~
7. ~~[assinatura]~~
8. ~~Lúcia da Costa Brito~~
9. ~~Luziane Augusta Silva~~
10. ~~[assinatura]~~
11. ~~Raimunda V Brito~~
12. ~~Eludemira de Souza~~
13. ~~Jussara Brito~~
14. ~~Emeralda Brito~~
15. ~~Marina Agostinho Brito~~
16. ~~Edessa Gonçalves de Brito~~
17. ~~Paula A Brito~~
18. ~~Rosângela Souza de Brito~~
19. ~~Elaine A. Santos de Souza~~
20. ~~Adriano Brito~~
21. ~~Geraldo Paulo Maciel~~
22. ~~Ruben Gomes Ferreira~~
23. ~~Donail [assinatura]~~
24. ~~Maria APARECIDA~~
25. ~~Roberto Lima de Lila~~
26. ~~Belotom de Lila~~
27. ~~Rozalvo Soares~~
28. ~~Claudia Rodrigues~~
29. ~~Isabel Maria Soares~~
30. ~~Amadeu de Souza Santos~~
31. ~~Arrisna de Oliveira~~
32. ~~Margarida C. Toledo~~
33. ~~[assinatura]~~
34. ~~Juá Maria de Jesus Brito~~

CONTINUA NO VERSO

EMPRESA DE CREDITO
SISTEMA DA RECEITA FISCAL
CENTRO DE INFORMACOES ECONOMICAS FISCAIS
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

C.G.C. FICHA DE ALTERAÇÃO

PARA USO DA SEDE

3

6

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. CONTERE O MANEJO DO CONTRIBUENTE C.G.C. AO PRECISAR ESTA FICHA
2. PREENCHA-A A MÁQUINA EM 4 (QUATRO) VIAS REPLICANTES EQUIVÁLENTES
3. ATENDENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SEDE DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO SEDE
4. PREENCHA, ATENDENDO OS QUADROS CORRESPONDENTES (S) QUE ASSINAÇÃO NO QUADRO 04 E PREENCHA O QUADRO 12
5. SO SERÁ ADMITIDO COMO "RESPONSÁVEL" O RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA
6. NÃO PREENCHA OS QUADROS DE USO DA REPARTIÇÃO

ESTABELECIMENTO A QUE SE REFERE ESTA ALTERAÇÃO

60544947000195

ALTERAÇÕES NA FICHA

ASSINALE COM 'X' O ITEM A ALTERAR (00 A 09 PRIVATIVO DO ESTABELECIMENTO SEDE)

MES DE BALANÇO	00 6	FORMA DO RAZÃO SOCIAL	X 05 7
PERCENTUAL DO CAPITAL	01 4	ATIVIDADE PRINCIPAL	06 6
FAIXA DE CAPITAL	02 2	NOME DE FANTASIA	07 3
PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL	03 0	ENDEREÇO	08 1
NATUREZA JURÍDICA	04 9	RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS	09 0

NOVAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

PERCENTUAL DO CAPITAL

01 7

DE QUEM É ESTRANGEIRO

02 5

RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

ASSINALE COM 'X' A NOVA RELAÇÃO DE TRIBUTOS QUE RECOLHE ANUALMENTE

IMPÓSITO DE RENDA (DECLARAÇÃO)	00 1	LUORIFICANTES E COMBUSTÍVEIS	08 7
EXPORTAÇÃO	01 0	ENERGIA ELÉTRICA	09 5
PRODUTOS DE TERRA RURAL	02 8	IMPOSTO DE RENDA	10 9
IMPORTAÇÃO	03 6	TRANSMISSÃO DE ENERGIA	11 7
IMPÓSITO DE RENDA (NA FONTE)	04 4	ICM	12 5
IPF	05 2	PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA E FUNDIÁRIA	13 3
OUTROS FINANCEIRAS	06 0	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	14 1
SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL)	07 9		

NOVA ATIVIDADE PRINCIPAL

15.0000

NOVA DENOMINAÇÃO

ASSISTÊNCIA BENEFICENTE

BRASIL PARA CRISTO

NOVO ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

16.0000

17.0000

18.0000

19.0000

20.0000

NOVA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

11.0000

12.0000

13.0000

14.0000

CONTROLE DE REMESSA DE DOCUMENTOS

15.0000

16.0000

17.0000

18.0000

19.0000

20.0000

RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE

23/05/94

ANF/COTIA

PARA USO DO ÓRGÃO COORDENADOR DA JURISDIÇÃO DA SEDE

25/05/94

2000.099

NOTA: APROVAÇÃO POR AUTENTICAÇÃO NOMINATIVA DO SRP
ATO DECLARATÓRIO N.º 88.998 - 102/94 - NÚMERO - Instrução Normativa SRP N.º 24, de 9/4/93 - GRAP. AUTO LTDA. - C.G.C. 46.008.591/001
Rua Abolição, 209 - CAMPINAS - SP

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSISTÊNCIA BENEFICENTE "O BRASIL PARA CRISTO"

Aos vinte dias do mês de Setembro do ano de um mil novecentos e noventa (1990), às 22:00 horas na rua Brasil para Cristo, 12 Jardim Rainha Itapevi SP., em Assembléia geral sob a presidência do senhor pastor Moisés Olegário de Brito, para secretariar os trabalhos senhora Nildete Martins Alves, reuniram-se os sócios para compor a Assembléia geral em sua maioria absoluta para tratar dos assuntos a seguir: a) - ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA; b) - outros assuntos, o senhor presidente deu abertura aos trabalhos agradecendo a presença e participação de todos, apresentou a chapa única com os seus respectivos membros para compor a diretoria da Assistência Beneficente O Brasil Para Cristo, de um espaço de cinco (5) minutos para apreciação de todos, em seguida colocou em votação para ser aprovada e eleita, ou não, todos foram eleitos por voto de aclamação. ATO DE POSSE, após terem sido eleitos, o senhor presidente oficializou a cerimônia de posse pedindo que fizessem (digo) fizessem o juramento de cumprir e fazer cumprir os estatutos e regimento interno da entidade. Todos de pé à frente foi declarado oficialmente diretores, ficando assim constituída até 20/09/1.995.

PRESIDENTE: Moisés Olegário de Brito, brasileiro, casado, funcionário público, filho de Valeriano Brito e Dna. Raimunda Olegário de Brito, portador da cédula de identidade RG.10.220.951-0 SSP.SP. e do Cio.829.098. 148-15, residente a Rua Brasil Para Cristo, 12 anexo, 3 Jardim Rainha Itapevi SP.; VICE PRESIDENTE: Osvaldo de Jesus Santos, brasileiro, casado, casado, filho de Benjamin Alves dos Santos e Dna. Lidia Maria de Jesus Santos, portador da cédula de identidade RG.18.360.904 SSP.SP. e do C.P.F.085.317.655-87 residente à Rua dois, anexo cinco, 45 Cohab Itapevi SP.; SECRETARIA: Nildete Martins Alves, brasileira, casada, costureira, filha de Manoel Martins Neto e Dna. Edite dos Santos Martins portadora da cédula de identidade RG.22.391.389-3 residente a Rua Nelson M.Oliveira, 30 Fq.Santo Antonio Itapevi SP. PRIMEIRO TESOUREIRO: Noeme dos Santos Ferreira, estudante, filha de Manoel Rodrigues Ferreira e Dna. Wandela Rodrigues Ferreira dos Santos, portadora da cédula de identidade RG.18.139.786 residente à Rua Brasil Para Cristo, 12 Jd.Rainha Itapevi SP. SEGUNDO TESOUREIRO: Neusa Barbosa de Brito, brasileira, casada, do lar, filho de Eulabio Dias Barbosa e de Dna. Mirza Costa Barbosa, portadora da cédula de identidade RG.24.645.249-3 e do cio.143.556.618-14 residente à Rua Brasil Para Cristo, 12 Jardim Rainha Itapevi SP., após este ato o senhor presidente ofereceu oportunidade para que se alguém dos diretores desejasse falar, pronunciou-se a senhorita Noeme dos Santos Ferreira, tomou a palavra e disse que esta obra representa para nós diretores e sócios um grande estímulo pelas vidas carentes que poucos olham, e que mediante o empenho da diretoria e de cada associado será uma obra de grande envergadura social, aqui em nossa cidade e região.

Reg. de Pessoas Jurídicas
de Cota GP
Microfilmado sob n.º
025271

6-10-68

To: Recipient's Name

Date: 16 MAY 1984

From: [Signature]

Subject: [Signature]

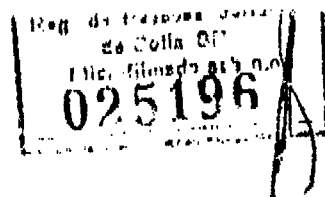
Comments:

Approved: [Signature]

For: [Signature]

Douglas

Authorized:



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL

os traze dias do mes de Dezembro, do ano de um mil novecentos e noventa e dois (1992), reuniram-se em Assembléia geral os sócios do Lar de Emprego Social Ide Pregal, em sua sede à Rua Brasil Para Cristo, 12 Jd. Pinha Itapavi SP. Com as seguintes finalidades a)- Mudança do Estatuto b)- Mudança de nome; c)- Outros assuntos. Às 19:00 horas, o senhor presidente deu abertura na Assembléia com a presença da maioria de seus sócios com direito a voto; apresentou o projeto da mudança de seu estatuto, pediu à secretária que procedesse a leitura do mesmo em sua íntegra; após ser lido, deu uma pausa de dez minutos para apreciação e discussão, após ter esgotado o prazo, foi dado prosseguimento nos trabalhos, não havendo ressalva a fazer, colocou em votação, para ser aprovado, a mudança, todos votaram favoravelmente por voto de aclamação. A seguir apresentou a proposta da mudança de nome da entidade, com objetivo de adequá-la às atividades por ela realizada. Foi proposto o nome a ser de O Brasil Para Cristo, pelo vice presidente Osvaldo de Jesus Santos, foi posto em votação, todos aceitaram de bom grado, ficando oficializado o novo nome a ser seguido a partir desta data: ASSISTÊNCIA BENEFICENTE "O BRASIL PARA CRISTO", permanecendo a mesma diretoria e conselho fiscal. O senhor presidente informou que dentro de poucos dias entrará com uma solicitação à Câmara Municipal e ao Executivo da cidade para que seja criado um projeto Lei, declarando de utilidade pública municipal a referida entidade, considerando os relevantes trabalhos que a mesma tem realizado no município. Não havendo nada mais a tratar, o senhor presidente agradeceu a todos os presentes pelo convite e convocação em edital fixado em sua sede e deu por encerrada a presente Assembléia, faltando apenas a publicação e registro em cartório. Sua secretária, participou da presente e assinou com o senhor presidente.

Nildete Martins Alves

NILDETE MARTINS ALVES

Secretária

REV. MOISÉS OLEGÁRIO DE BRITO
Presidente

Samuel Ramos de Oliveira

Advogado OAB/SP 74.047

Técnico Contabilidade CRC SP 120.207

Cartório do Registro Civil e Tabelionato

Assinada a firma *supra* de:
Nildete Martins Alves
e de *Moisés Olegário de Brito*

29 DEZ 1992

[Signature]

Bel. José Roberto - Of. Maior

Sueli Ap. Cramasco Pirani

Douglas Domingues Moraes

Escrivães Autorizados

ESTATUTO DA ASSISTÊNCIA BENEFICENTE O BRASIL PARA CRISTOCAPITULO I- DO HISTÓRICO- DENOMINAÇÃO- SEDE E FINALIDADES.

ART. I- Aos treze dias do mês de Dezembro, do ano de 1.992, reuniram em Assembléia Geral a diretoria e os sócios da Assistência Beneficente O Brasil para Cristo em sua sede à Rua Brasil para Cristo, 12 Jd. Rainha * Itapevi SP. e aprovaram o presente estatuto para reger a entidade e to das filiais a serem instaladas dentro do Território Nacional.

ART. II- A Assistência Beneficente O Brasil para Cristo, é nome oficial dado em Assembléia geral de 13/12/92 e deve ser seguida por todas filiais, e regidas pelo regimento interno.

ART. III- No desenvolvimento de suas atividades sociais, A Assistência Beneficente O Brasil para Cristo, não fará distinção alguma quanto à raça, cor, condição social, credo político ou religioso.

ART. IV- A Assistência Beneficente O Brasil para Cristo, terá um regimento interno que disciplinará o seu funcionamento e será seguido por to das filiais instaladas no Território Nacional.

ART. V- A fim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizará em quantas unidades de prestação de serviços forem necessárias, em qualquer parte do Território Nacional.

ART. VI- A Assistência Beneficente O Brasil para Cristo, prestará serviços de amparo ao menor carente do sexo, masculino e feminino, da idade básica de 0 a 18 anos, assistindo-os em sua formação educacional, moral profissional e espiritual; dará assistência espiritual e material filiar trópica à famílias carentes, com alimentos, remédios, auxílios em construção de moradias no sistema comunitário e outros meios, que venha em parar o necessitado; criará sistema de cursos profissionalizantes.

§ ÚNICO- No local de atendimento assistencial a entidade construirá um Templo exclusivamente para dar assistência espiritual aos beneficiados e sócios, administrado pela mesma.

CAPITULO II - DA ADMINISTRAÇÃO

ART. VII- A Assistência Beneficente O Brasil Para Cristo, será administrada por uma diretoria composta de cinco(5) membros, de maior idade que professe a fé cristã, eleitos pela Assembléia geral com mandato de cinco(5) anos, podendo ser reeleitos, composto das seguintes funções: Presidente-Vice Presidente- Secretário- Primeiro e Segundo Tesoureiros

ART. VIII- O presidente da Assistência Beneficente O Brasil para Cristo será constituído por tempo indeterminado.

Fl.02

ÚNICO- COMPETE À ASSEMBLÉIA GERAL:

- a)- Eleger a diretoria;
- b)- Decidir sobre reforma de seus estatutos;
- c)- Decidir sobre venda ou negociar Imóveis;
- d)- Decidir sobre extinção da entidade e destino do patrimônio

Reg. da Pessoa Jurídica

025196

ART. IX- A Assembleia geral realizar-se à, ordinariamente no último mês do ano, e extraordinariamente quando julgar necessário a critério da diretoria e da maioria absoluta de seus sócios com direito a voto.

ART. X- A convocação da Assembleia geral será feita por meio de edital e convocação fixado na sede da entidade, divulgado na imprensa local e outros meios de comunicação com antecedência de quinze(15)dias.

ART. XI- Será criado o Conselho Fiscal composto de três(3)membros de maior idade, sócios ativo que fiscalizará os trabalhos da instituição.

ÚNICO- Os membros do conselho fiscal terão o mandato de prazo igual à diretoria.

ART. XII- Compete ao senhor presidente representar a Assistência Beneficente O Brasil Para Cristo, ativa, passiva, judicial e extrajudicial, junto à conselho de entidade filantrópicas e órgãos públicos e privados; cumprir e fazer cumprir o estatuto e regimento interno, convocar e presidir as Assembleias e reuniões da diretoria, administrar a entidade, seus bens móveis e imóveis, assinar toda documentação da entidade com o secretário ou tesoureiro.

ART. XIII- Compete ao vice presidente cooperar com o presidente e substituí-lo em seus impedimentos legal.

ART. XIV- Compete ao secretário acompanhar as reuniões da diretoria e Assembleias geral, redigir as atas, publicar as notícias da entidade, preparar ofícios e assinar documentos oficial da entidade junto com o presidente.

ART. XV- Ao primeiro tesoureiro compete: arrecadar e contabilizar as contribuições, donativos em espécie ou em dinheiro, manter em dia toda escrituração, pagar as contas autorizadas pelo presidente, assinar documentos bancário com o presidente, assinar toda documentação da entidade com o presidente, na ausência do secretário.

ART. XVI- Compete ao segundo tesoureiro cooperar com o primeiro e substituí-lo em seus impedimentos legal.

CAPITULO III DO PATRIMÔNIO

ART. XVII- Constitui-se patrimônio da Assistência Beneficente O Brasil para Cristo, os bens móveis e imóveis e semoventes escriturados em nome do mesmo; bem como os veículos.

025196

F1.03

ART.XVIII- A Assistência Beneficente O Brasil Para Cristo, não poderá vender, negociar os seus bens Imóveis e veículos com plena autorização da Assembléia geral.

ART.XIX- A Assistência Beneficente O Brasil Para Cristo, terá a sua manutenção das ofertas, contribuições voluntárias, dos sócios, Igrejas, órgão público ou privado.

ART.XX- Todas contribuições, donativos, doações destinadas a Assistência Beneficente O Brasil Para Cristo, será registrada em livro próprio com a finalidade de ser feito a declaração de renda.

ART.XXI- A Assistência Beneficente O Brasil Para Cristo, não remunerará os seus dirigentes, não distribui lucros a quaisquer títulos.

a)- Deverá aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento sociais.

b)- Manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que assegurem a respectiva exatidão.

c)- Prestar às repartições lançadora do imposto informações de terminadas em Lei, e recolham os tributos retidos sobre rendimentos por elas pagos.

ART.XXII- A Assistência Beneficente O Brasil Para Cristo, dentro de suas finalidades e necessidades, poderá contratar pessoas para trabalhar no âmbito de suas atividades sociais e assistenciais.

CAPITULO IV DOS SÓCIOS

ART.XXIII- A Assistência Beneficente O Brasil Para Cristo, terá os sócios mantenedores que contribuirá para ajudar na manutenção dos trabalhos da entidade.

ART.XXIV- Os sócios poderá votar e ser votado nas assembleias, desde que esteja ativamente cumprindo suas obrigações sociais.

SÚMICO- Os sócios da Assistência Beneficente O Brasil Para Cristo não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade.

ART.XXV- O Sócio que por motivo injustificado deixar de cumprir suas obrigações sociais por noventa(90)dias perderá o seu direito de sócio.

DISPOSIÇÕES GERAIS

ART.XXVI- No caso de dissolução da Assistência Beneficente O Brasil Para Cristo, o seu patrimônio será destinado a uma entidade congênera.

ART.XXVII- O Presente estatuto poderá ser alterado parcial ou total pelo Conselho da diretoria e Assembléia geral.

Pres.

Secret.

Vice Pres.

1º Tes.

Samuel Ramos de Oliveira

Advogado OABSP 7.000

Técnicas Contabilidade CUC nº 120.115

2º Tes.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL JORGE THEODORO ZAMBOTTO. 22^a Ter. Ter. Sede fono em Jaraguá, Comarca de Atibaia, Pet. de S. Paulo, e/ou ind. e final de promover a div. cultural, recreativas e de lazer. Administra por uma diretoria provisória e o repres. legal. Toda a reforma total do Estatuto. Igreja Eva Pent. da Missão do Ter. Nacional muda para: Rua dos Caribanos, 1001 Pq. Suburbano Itapevi SP.

Ler da Amparo Social Ide Pragai pessoa e deno-
minar-ou Assistência Beneficente O Brasil Para
Cristo e reforma total do Estatuto. Igreja Eva
Pent. da Missão do Ter. Nacional muda para: Rua
dos Caribanos, 1001 Pq. Suburbano Itapevi SP.

BANCO BBA-CREDITANSTALT S.A.

C.G.C.M.F. nº 31.518.990/0001-94

ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA

REALIZADA EM 14 DE JANEIRO DE 1994

DATA E HORÁRIO: 14 de janeiro de 1994, às 10:00 horas. LOCAL: sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 37, 20º andar. MESA: Presidente da Reunião, Sr. Fernando Carlos Botelho Bracher; Secretário, Sr. Antonio Beltran Martinez. PRESENÇA: presentes todos os membros da Diretoria do Banco em exercício.

ORDEN DO DIA: (i) deliberar acerca da implantação da carteira de câmbio na agência do Banco e ser instalada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, cuja abertura foi devidamente aprovada pelo Banco Central através da carta DEORF-33325-2, de 21.12.1993; e (ii) deliberar a respeito da designação do Sr. SERGIO AILTON SAURIN, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Professor Antonio Alexio, nº 744/901, portador da Carteira de Identidade R.G. nº M-4.016.395 e inscrito no C.P.F.M.F. sob nº 041.153.643-96 para o cargo de Gerente de Câmbio daquela agência.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: foi aprovada por unanimidade a implantação da carteira de câmbio na agência do Banco e ser instalada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; e (ii) foi unânime aprovada a designação do Sr. SERGIO AILTON SAURIN, acima qualificado, para exercer o cargo de Gerente de Câmbio da referida agência. LAVRATURA E LEITURA DA ATA: oferecida e lida a quem dos compareces ler uso, e ninguém se manifestando, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, respectiva e assinada, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. DATA: São Paulo, 14 de janeiro de 1994. MESA: (ass) FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER, Presidente da Mesa; ANTONIO BELTRAN MARTINEZ, Secretário. DIRETORES PRESENTES: (ass) FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER, Diretor Presidente; ANTONIO BELTRAN MARTINEZ, Diretor Vice-Presidente; CANDIDO BOTELHO BRACHER, EDUARDO MAZZILLI DE VASSIMON e JOÃO DIONÍSIO FILGUEIRA BARRETO AMOEDO, Diretores. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada na firma própria. Antonio Beltran Martinez, Secretário. Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o número 45.306/94-1, em 07/04/94. José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.



BFB MARCHÊ FUNDO MÚTUA DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - CARTEIRA LIVRE

C.G.C. nº 57.976.440/0001-60

Ata da Assembleia Geral de Condôminos, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1994

1 - DATA, HORA E LOCAL: 14 de abril de 1994, às 9:00 horas em 2ª convocação, na Sede Social do Administrador BANCO FRANCÉS E BRASILEIRO S.A., à Av. Paulista, 1.318 - 12º andar - São Paulo SP. 2 - MODO DE CONVOCAÇÃO: Edital publicado nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Gazeta Mercantil" nos dias 06, 07



BFB MIXTE I FUNDO MÚTUA DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - CARTEIRA LIVRE

C.G.C. nº 71.718.450/0001-23

Ata da Assembleia Geral de Condôminos, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1994

1 - DATA, HORA E LOCAL: 15 de abril de 1994, às 17:00 horas em 2ª convocação, na Sede Social do Administrador BANCO FRANCÉS E BRASILEIRO S.A., à Av. Paulista, 1.318 - 12º andar - São Paulo SP. 2 - MODO DE CONVOCAÇÃO: Edital publicado nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Gazeta Mercantil" nos dias 06, 07 e 08 de abril de 1994. 3 - "QUORUM" DE INSTALAÇÃO: Em número legal, conforme livro "Registro de Presença de Condôminos". 4 - MESA DIRETORA: Presidente: PAULO ALBERTO SCHIBUOLA, Secretário: DIDIER JOEL SERRAT. 5 - ORDEN DO DIA: a) apreciação e votação dos Demonstrativos Financeiros do Fundo e Contas do administrador, relativos ao exercício findo em 1993; b) outros assuntos de interesse social; c) Não havendo número legal de condôminos para a realização da Assembleia em 1ª convocação, será realizada outra Assembleia, com qualquer número, uma hora após, ou seis, às 17:00 horas, valendo esta como 2ª convocação. 6 - PUBLICAÇÕES: Os relatórios do administrador, os balanços, os demonstrativos de resultados, a posição da Carteira de Títulos e o Parecer da Auditoria Independente, relativo a 31 de dezembro de 1993, foi publicado no jornal "Gazeta Mercantil" no dia 11 de fevereiro de 1994. 7 - DELIBERAÇÕES: Os Srs. condôminos deliberaram por unanimidade de votos, aprovar o Relatório do Administrador, os Balanços, os Demonstrativos de Resultados e a posição da Carteira de Títulos, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.1993. b) O Sr. Presidente informou ainda, que o veículo de comunicação utilizado para prestar as informações aos cotistas, decorrentes da legislação em vigor será o jornal "Gazeta Mercantil" a partir desta data. 8 - APROVAÇÃO DA ATA: Em seguida, o Sr. Presidente declarou encerrada a Assembleia Geral, da qual se lavrou e competente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos condôminos presentes. São Paulo 15 de abril de 1994. Ass. PAULO ALBERTO SCHIBUOLA e DIDIER JOEL SERRAT

GOYANA S.A. INDÚSTRIAS BRASILEIRAS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS

(Companhia Aberta)

C.G.C. nº 01.946.035/0001-40

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1994

DATA: 11.04.94. HORÁRIO: 9:00 horas. LOCAL: Sede Social, Estrada Turística do Jaraguá nº 50, São Paulo, Capital. PRESENÇA: 1. Acionistas representando mais de dois terços do capital social com direito a voto; 2. Auditoria Externa Independente, Confidatários Auditores Associados, representada por Roberto Saram; 3. Aderbel Brenn - Diretor, convidado. MESA: Antonio Alberto Levenese Wanderley Mariani - Presidente e Aderbel Brenn - Secretário. CONVOCAÇÃO: Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Comércio de 30. 31. 3.94 e 3.04.94. PUBLICAÇÕES DO ART. 133 DA LEI Nº 640/78 - Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras do Exercício de 1993 e Parecer dos Auditores Independentes: Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Comércio de 8 e 10 de março de 1994. DELIBERAÇÕES POR UNANIMIDADE DE VOTOS: 1 - Com as devidas abstenções legais, aprovação do relatório de administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras e do parecer dos auditores independentes relativos ao exercício encerrado em 31.12.1993; 2 - Aprovação da correção da expressão monetária do Capital Realizado, bem como da capitalização de CR\$ 3.897.308.856,37 (três bilhões, oitocentos e noventa e sete milhões, trezentos e oito mil e oitocentos e cinquenta e seis cruzeiros reais e trinta e seis centavos) e ser incorporada ao capital sem emissão de novas ações. Consequentemente, o Capital Social passa de CR\$

SENER S.A.

Rua Olympia Samarco, 675

São Paulo, SP

C.G.C. MF nº 61.354.725/0001-53

NIFC nº 3530000031

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1994

DATA: 25 de abril de 1994, às 11:30 horas. LOCAL: Sede Social, Rua Olympia Samarco, 675, São Paulo, SP. PRESENÇA: Os membros do Conselho de Administração da Senner S.A., investindo-se nos cargos para os quais foram reeleitos, através da Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data, e com prazo de gestão até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data, e com prazo de gestão até a realização da próxima Assembleia e com prazo de gestão até a realização da próxima Assembleia. Presidente: Sra. Geral Ordinária, MESA: Sr. Hugo Miguel Etchenique, Presidente; Sra. Maria Lúcia de Franco Agudo, Secretária. DELIBERAÇÕES: Nos termos do Parágrafo 1º, do Artigo 7º, do Estatuto Social, foi reeleito o Sr. PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO o Sr. HUGO MIGUEL ETCHENIQUE, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado em São Paulo, SP, à Rua Canadá, 714, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.430.773 e do CIO nº 003.671.768-15. Em seguida, procedeu-se à eleição para DIRETORES, com prazo de gestão até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária, tendo sido reeleito para DIRETOR-SUPERINTENDENTE, o Sr. LUIZ FREDDY MASTROCIQUE, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em São Paulo, SP, à Rua Pirandello, 245, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.209.412 e do CIO nº 006.069.528-53; e para DIRETORES, sem designação especial, foram reeleitos os Srs. ISRAEL KOLBER, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em São Paulo, SP, à Rua São Vicente, 416 - apto. 72, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.186.628 e do CIO 004.728.758-58; JOSÉ ROBERTO BUENO DE SOUSA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em São Paulo, SP, à Av. Imperatriz Leopoldina, 960, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.563.006 e do CIO nº 041.968.648-77; RUY DE CAMPOS FILHO, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em Santana do Parnaíba, SP, à Alameda das Gardâneas, 175 - Residencial Alphaville, 5, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.422.493 e do CIO nº 565.709.004-70; e RODRIGO REYES ETCHENIQUE, brasileiro, divorciado, economista, residente e domiciliado em São Paulo, SP, à Travessa Oura Preto, 194, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.271.361 e do CIO nº 003.120.583-21. São Paulo, 25 de abril de 1994. (ass) Hugo Miguel Etchenique, Presidente; Luiz Freddy Mastrocique; Paulo Roberto Pereira da Costa; Rodrigo Reyes Etchenique; Ricardo Leon Toutin Acosta; Maria Luiza de Franco Agudo, Secretária. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio, às páginas 95 v, em forma de sumário, Maria Luiza de Franco Agudo - Secretária, Secretária de Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o número 56.638/94-0, em 25/04/94. José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.

BANCO SANTUSIA S.A.

C.G.C. nº 31.895.683/0001-16

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Data, Hora e Local: Realizadas, cumulativamente, no dia 21 de março de 1994, às 15:30 horas, na sede social da Companhia, na Av. Maria Coelha Aquino, 215 - Bloco D - 7º andar, São Paulo - Capital. Instalação Quorum: Na forma estatutária, presentes acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme assinaturas constantes do Livro da Presença. Publicações prévias: a) Não foram publicados o Aviso e que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76 e o Edital de Convocação. Formalidades a serem cumpridas com o comparecimento da totalidade dos Srs. Acionistas à presente Assembleia (Art. 133, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76); b) Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes "Prata Valantissima", publicados no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" (ds. 12 e 17) e no jornal "O Estado de São Paulo".

Registro de Pessoas Jurídicas
Comarca do Estado de São Paulo
Av. Prof. Manoel José Pedrosa, 373

Presente do livro, para o todo e registrado em
Cartório nº 025196
ano de 1994 em 19.372

03 MAI 1994

☐ Antonio Bento Mota Dias — Oficial
☐ Afonso Perreira — Oficial Maior
☐ Antonio Carlos Alves — Escrevente Autoriz.

Seix e Irmãos recombinados por verbas

Cartório de Registro Pessoas
Jurídicas da Com. de Colla -

REGISTRO

TOTAL R\$ 2.191.77.

Inclusive custos ao estado e
contribuições ao IPESP.

Cartório de Registro Civil e Tabelionato
Reconheço a firma de: M^{te}.
José Olímpio de Brito, Javal.
do Jesus Brito, nascido em
19/05/1948, em São Paulo, Estado
de São Paulo, filho de
João Brito e Maria Brito, ambos
brasileiros, casados, e
delegado de polícia
de São Paulo.
Assinado e rubricado por
Douglas Domingues Moraes
Escriturante Autorizado



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 e 02 AO PROJETO DE LEI 37/94

SENHOR PRESIDENTE,

Quanto ao aspecto legal, nada há que se objetar.

Quanto ao mérito a propositura é louvável, eis que visa favorecer uma entidade que, realmente, presta relevantes serviços à comunidade.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 1994.-

COMISSÃO 01

Hermóguez José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Maria Ruth Bartholzer

Lafaiete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

COMISSÃO 02

Laerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

Geone Xavier Pereira

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 e 02 AO PROJETO DE LEI 37/94

SENHOR PRESIDENTE,

Quanto ao aspecto legal, nada há que se objetar.

Quanto ao mérito a propositura é louvável, eis que visa favorecer uma entidade que, realmente, presta relevantes serviços à comunidade.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 1994.-

COMISSÃO 01

Hermógenes José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Maria Ruth Banholzer

Lafaiete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

COMISSÃO 02

Laerte Bassagrande

Sérgio Montanheiro

Geoná Xavier Pereira

Manoel Viana Filho

Vital Ponciano dos Reis



FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

Parecer FPFL no. 14930
PROCESSO FPFL no. 641/91
Interessada: Câmara Municipal de Eldorado
Vereador Walmir Pontes da Silva

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA:
Associação dos Bananicultores de
Eldorado. Considerações sobre o
tema. Minuta de anteprojeto de lei
genérica.*

CONSULTA

O ilustre Vereador Sr. Walmir Pontes da Silva, da Câmara Municipal de Eldorado, consulta-nos acerca dos procedimentos a serem tomados para que a Associação dos Bananicultores de Eldorado possa ser declarada de utilidade pública municipal. Para tanto, junta documentos da referida entidade.

PARECER

O assunto trazido à análise pelo consultante mereceu do Dr. Diogenes Gasparini, Superintendente de Assistência Técnica desta Fundação, um bem elaborado trabalho que, a nosso ver, esgota o tema (In: BOLETIM DO INTERIOR, no. 100). Por essa razão, utilizaremos algumas passagens do trabalho naquilo que consideramos essencial ao pleno esclarecimento da dúvida apresentada.

1. Utilidade Pública

As pessoas jurídicas de Direito privado exercem, normalmente, atividades em benefício próprio ou de seus sócios. Visam, portanto, ao lucro.

(*) Parecer elaborado em 13/5/91.



FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

.2.

Entretanto, outras pessoas jurídicas e privadas não desempenham suas atividades em benefício próprio, mas em favor de certa comunidade ou dela como um todo. Essas entidades desempenham funções ao lado do Estado, fazendo-o de forma voluntária e por motivação de auxílio coletivo. São as entidades conhecidas por "associação de utilidade pública".

Para serem assim consideradas é preciso que o Estado (sentido amplo) reconheça essa condição. Para esse conhecimento é preciso que o Estado se manifeste expressamente, uma vez que "... a utilidade pública não decorre do mero desempenho de atividades de interesse social ou da simples organização legal da instituição" (ob., cit., p. 6).

Dessa forma, o reconhecimento de uma determinada entidade como utilidade pública é manifestado expressamente pelo Estado. Vejamos como isto ocorre.

II. Legislação

Diremos de pronto que "dispor sobre o reconhecimento ou a declaração de utilidade pública das instituições que emprestam, desinteressadamente, sua colaboração ao Poder Público é competência concorrente, isto é, da alçada de cada uma das entidades componentes da Federação". Assim é que cada um dos entes federados (União, Estados e Municípios) possui a mais ampla capacidade para executar tal ato (a declaração).

Não existe, na Constituição Federal, nenhuma condição, requisito ou limite para o exercício dessa competência. O Município pode regular a matéria segundo seus próprios interesses. Diga-se, entretanto, que, ao fazê-lo, o Município deve atentar apenas para aquilo que, genericamente, todas as leis devem observar: princípios básicos expressos na Constituição Federal.

Conclui-se, portanto, que o Município poderá legislar sobre a declaração de utilidade pública de forma livre e segundo seu próprio interesse. Não se submete a nenhuma legislação (federal ou estadual) a não ser a sua própria.

M



FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

.3.

III. A Lei Municipal

Vimos que o Município não está sujeito a qualquer legislação federal ou estadual sobre a matéria aqui tratada. Cada um dos entes federados edita sua própria lei sobre a questão.

O projeto de lei municipal que disporá sobre a declaração de utilidade pública de associações é de competência concorrente, isto é, a iniciativa cabe ao Chefe do Executivo ou a qualquer Vereador. O "quorum" de aprovação é o da maioria simples conforme se depreende dos arts. 37 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Eldorado.

IV. Do Conteúdo da Lei Municipal

A lei municipal que disporá sobre a matéria deverá conter determinados dispositivos que, normalmente, surgem na regulamentação do assunto. A seguir, algumas indicações:

- a) a associação deve ser constituída no Território Nacional;
- b) deve possuir personalidade jurídica (podendo estabelecer o mínimo de três anos);
- c) deve servir à coletividade de forma desinteressada há um certo tempo e de acordo com as cláusulas estatutárias;
- d) a diretoria não recebe remuneração;
- e) não há distribuição de lucro ou vantagens.

Esses requisitos devem ser comprovados na oportunidade do pedido ou do início do processo administrativo que tratará da questão. O requisito da letra "c", no entanto, poderá ser objeto de parecer conclusivo da

M



FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

Administração Pública elaborado por profissional^{4.} especializado (assistente social, sociólogo, pedagogo e outros). Os requisitos constantes das letras 'd' e 'e' podem ser objeto de declaração, sob as penas da lei, dos dirigentes da entidade.

A lei deverá também dispor sobre a forma de ser iniciado o processo administrativo que culminará ou não com a efetiva declaração. O processo poderá ser iniciado a pedido da pessoa interessada (entidade) ou "de ofício" pela Administração.

Deverá, ainda, dispor se o ato de declaração será veiculado por decreto, de competência do Prefeito, ou se por um dos agentes do Executivo, através de ato declaratório formalizado no processo administrativo que cuidou do assunto.

Da lei também poderá constar a forma de controle que deverá ser realizado pelo Município, a fim de ser comprovado o atendimento àquelas condições e requisitos impostos à época da declaração. Neste caso, a lei deverá prever a hipótese de cassação da declaração por descumprimento de obrigação. A cassação somente será possível através de novo processo administrativo onde restará comprovada a falha de atendimento de obrigação a cargo da entidade outrora beneficiada.

Estes seriam, em rápidas pinceladas, os contornos de uma lei municipal genérica sobre a declaração de utilidade pública.

V. A inexistência de Lei Genérica

A declaração de que tratamos pode ser realizada sem que lei genérica regule o procedimento. Neste caso, a lei fará diretamente a declaração sem necessidade, dada a falha de lei genérica sobre a matéria, de qualquer procedimento administrativo anterior. Evidentemente o projeto de lei que irá a votação na Câmara deverá apresentar, na justificativa, a situação da entidade pleiteante (personalidade jurídica, tipo de atividade desenvolvida e demonstrativo de atendimento de importância à coletividade).

MK



FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

.5.

VI. Dos Efeitos da Declaração

Alguns dos efeitos práticos da declaração de utilidade pública decorrem de leis federais e/ou estaduais que concedem benefícios às entidades declaradas de utilidade pública municipal, estadual ou federal. É o caso da Lei federal no. 3.577/59 que isenta a associação declarada de utilidade pública da contribuição previdenciária no que respeita à parte patronal.

Outros efeitos decorrem diretamente da lei municipal e/ou estadual ou mesmo federal que visam a beneficiar as entidades declaradas de utilidade pública no âmbito de cada ente federado. Assim, por exemplo, a lei municipal pode conceder isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano às entidades declaradas de utilidade pública pelo Município.

Com isso queremos dizer que a concessão de benefícios decorrentes da declaração de utilidade pública depende de lei de cada uma das entidades públicas, as quais atuam, nesse campo, com ampla liberdade para dispor.

Isto posto, respondemos objetivamente à indagação do consultante. Na hipótese de estar o ilustre Vereador com intenção de, preliminarmente, legislar de forma genérica sobre a declaração de utilidade pública municipal, poderá elaborar um projeto de lei cujos aspectos mais importantes foram mencionados ao longo deste parecer. Se, no entanto, preferir a declaração específica para a Associação dos Bananicultores de Eldorado, será, da mesma forma, objeto de projeto de lei que ultimar a declaração com os benefícios que entender pertinentes.

Em qualquer das hipóteses, não há necessidade, como vimos, de fazer menção de lei federal ou estadual, por ser a matéria de competência de cada ente federado.



FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEFAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

.6.

A seguir, tomamos a liberdade de enviar minuta de anteprojeto de lei genérica sobre o assunto que poderá servir de sugestão para a propositura.

É o que pensamos.

São Paulo, 13 de Junho de 1991.

Mariana Moreira

MARIANA MOREIRA
Gerência de Bens e Serviços
Técnico Master II - Advogada

Masley Gasparini Leite
MASLEY GASPARINI LEITE
Gerência de Bens e Serviços
Gerente - Advogada

De acordo, encaminhe-se.

Diogenes Gasparini
DIOGENES GASPARINI
Superintendente de Assistência Técnica

/ecs.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

A U T O G R A F O nº 035/94

(Projeto de Lei nº 037/94 -DO LEGISLATIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:-

"Declara de utilidade pública
a Assistência Beneficiente o
Brasil para Cristo."

Art.1º - Fica declarada de utilidade pública a Assistência Beneficiente o Brasil para Cristo.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, 08
de setembro de 1.994.-

VALTER FRANCISCO ANTÔNIO


Presidente


NORMA LÚCIA RIBEIRO DE SOUZA

1ª Secretária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

Pro 38/94
Proj 37/94

LEI Nº 1.218, DE 23 DE SETEMBRO DE 1994
(Declara de utilidade pública a
Assistência Beneficente o Brasil para
Cristo)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do
Município de Itapevi, Estado de São
Paulo, no uso das atribuições que lhe
são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de
Itapevi aprovou e ele sanciona e
promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade
pública a Assistência Beneficente o Brasil para Cristo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data
de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em
contrário.

Itapevi, 23 de setembro de 1994

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BUSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em
livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 23
de setembro de 1994.

JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete